



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO DA 7ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

Ao décimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 9h40min, na sala de reuniões do Gabinete do Reitor, encontrou-se o Comitê de Governança, Riscos e Controle em reunião presencial presidida, substitutivamente, pelo Assessor Especial do Reitor prof. Ivam Holanda. **Fizeram-se presentes:** Cláudio Ferreira, Érica Gallindo, Glauter Guimarães, Heloisa Beatriz Cordeiro Moreira, Hobson Cruz, Igor Paim, Joélia Marques, Marcel Ribeiro, Milena Mendes, Robson Siqueira, Rossana Barros, Ulisses Costa de Vasconcelos e Vlândia de Sousa Ferreira. O presidente substituto agradeceu a presença de todos e explicou que conduziria a reunião porque o reitor, prof. José Wally Mendonça Menezes, não poderia chegar a tempo devido a outro compromisso, mas compareceria assim que possível.

Pauta 1: Seminário de Integridade e Governança Pública da Controladoria-Geral da União – CGU. Relatora: Vlândia de Sousa. A relatora contextualizou seminário promovido pela CGU, pontuou aspectos tratados, abordou a realização de boas práticas no Instituto Federal do Ceará – IFCE e em outros órgãos, mostrou conclusões e pontos positivos sobre o evento, citou consequências decorrentes de uma gestão de riscos pouco robusta, consubstanciou a explanação com experiências da Coordenadoria de Governança – CGOV e da Auditoria Interna – Audin relacionadas a governança e integridade nos *campi* Juazeiro do Norte, onde ocorreu uma capacitação para os servidores da administração, e Crato do IFCE e da Universidade Federal do Cariri, onde houve visita técnica para conhecer seu modelo de gestão de riscos.

Pauta 2: IGG, E-TCE, Plano de Dados Abertos e recomendações da CGU. Relatora: Sr.a Vlândia de Sousa: A relatora mostrou gráficos com dados referentes ao Índice de Governança e Gestão – IGG dos anos de 2017, 2018 e 2021 e estatísticas discriminadas por perfil de governança. Prof.a Joélia Marques perguntou o motivo do lapso entre 2018 e 2021. Sr.a Milena Mendes respondeu que entretanto não houve avaliação. O presidente substituto ressaltou a importância de contato com as unidades do IFCE para a implementação de ações. Sr.a Vlândia falou que alguns gestores já foram contatados e o mesmo será feito com os demais. Sr.a Érica Gallindo assinalou a possibilidade de, às vezes, os índices não corresponderem à realidade devido à falta de comunicação. Sr. Cláudio complementou que afirmações requerem comprovações e o cuidado quanto a isso, nas comunicações, é importante. O presidente substituto disse que os dados que ainda serão oferecidos pelas diferentes áreas depois serão compartilhados com este comitê a fim de propiciar uma visão panorâmica abrangente. A relatora falou que a falta de registro ou comprovação da execução de ações afeta o IGG e prosseguiu sua apresentação mostrando o IGG de outras instituições, apontando que a maioria delas está no nível intermediário e o IFCE está apenas iniciando. Sr.a Milena falou que o IFCE apenas saiu do nível inexpressivo, o mais baixo. Sr.a Vlândia mostrou instituições em nível aprimorado. Sr.a Milena acrescentou que apenas dois Institutos Federais estão em nível aprimorado. Prof.a Joélia, sem desconsiderar a origem como Escola de Aprendizes Artífices e seu percurso até a compleição atual, relativizou as comparações entre o IFCE e instituições com mais tempo de existência, levando em conta a criação recente do IFCE, isto é, os moldes institucionais atuais, ao que Sr.a Érica Gallindo discordou. Sr.a Milena falou que o IGG serve como ponto de partida para melhorias de governança e é assunto bastante abordado pela CGU e pelo TCU em quase todos os fóruns de educação. Sr.a Érica considerou inadmissível o IFCE estar apenas no segundo nível. Sr.a Vlândia deu alguns detalhes sobre o funcionamento da governança na UFCA, no que tange a setores e pessoal envolvidos, e citou o Plano de Dados Abertos do IFCE como exemplo de evolução na área, ressaltando que, inicialmente, não foi aprovado por não atender a requisitos, mas veio a ser posteriormente, com a contribuição de nova comissão instituída para esse fim, presidida pela sr.a Érica Gallindo. Depois, a relatora iniciou explanação do sistema e-TCE, voltado para a melhoria da gestão de tomadas de conta especiais, disse que as instituições não o estavam usando e acrescentou que o sistema registra devedores de quantias a partir de mil reais. Sr.a Milena complementou explicando que a instauração de uma TCE é realizada pelo TCU quando esgotadas todas as alternativas administrativas e quando o montante de cem mil reais é atingido. Prof. Marcel pediu esclarecimento sobre quem instrui uma TCE, e sr.a Vlândia explicou que a instituição a instrui e o TCU a instaura. Os presentes discutiram, apresentaram exemplos e tiraram dúvidas sobre

procedimentos relacionados. Sr.a Milena falou que a alimentação constante do e-TCE serve como mecanismo de controle do TCU. Sr.a Vlândia falou que o cadastramento de informações é importante para evitar ideia de obscuridade e omissão por parte da instituição. Sr.a Milena reforçou que o cadastramento ocorre quando se deve quantias a partir de mil reais, mas a TCE é instaurada quando atingidos cem mil reais. Sr.a Érica Gallindo perguntou se há normativos que preveem essas informações. Sr.a Vlândia falou que os normativos usados são a Portaria Nº 122, de 2018, e a Instrução Normativa Nº 71, de 2012, ambos do TCU. Sr.a Érica Gallindo avaliou importante o envio de ofício-circular às unidades do IFCE com todas essas informações. Sr. Hobson perguntou se o cadastramento deve ser feito em ocorrências futuras ou nas anteriores também. Sr.a Vlândia disse que provavelmente nas futuras, mas entendeu melhor se certificar com o TCU. **Encaminhamento:** Enviar ofício-circular às unidades do IFCE informando os normativos utilizados no que tange ao IGG e ao sistema e-TCE, com orientações sobre cadastramento, nesse sistema, de devedores de valores a partir de mil reais e com considerações acerca de instauração de uma TCE.

Pauta 3: Mapeamento de processos: Relator: Sr. Glauber Guimarães. O relator disse que o gerenciamento de processos é uma atribuição recente da Coordenadoria de Controle e Normas – CCN, já houve mapeamento de macroprocessos da Proap, falou sobre metodologias e disponibilização de resultados, mostrou os papéis desempenhados no trabalho e suas definições, explanou os tipos de macroprocessos: gerenciais, de suporte e finalísticos (cadeia de valor), informando que isso consta do relatório de gestão, explicou que a execução não é feita sobre macroprocessos, mas sobre processos de trabalho, mostrou a arquitetura dos processos, composta de macroprocessos, processos de negócios, subprocessos e processos de trabalho, fazendo considerações sobre a decomposição do nível mais abrangente ao nível mais restrito. Sr.a Érica Gallindo comentou a dificuldade em categorizar processos. O presidente substituto ressaltou a necessidade de rever ações desnecessárias a fim de evitar feitura de mesmo trabalho. O relator, depois, apresentou cronograma para cada área, informou que há casos de processos merecedores de priorização ante os demais, listou alguns deles, tirou dúvidas sobre decomposição de processos, apresentou procedimentos do mapeamento, explicou o levantamento dos processos de trabalho e a técnica do *brainstorm*, utilizada para essa etapa, explicou a priorização dos processos de trabalho e a matriz de gravidade, urgência e tendência, abordou o entendimento do contexto dos processos e a modelagem BPMN, sendo entrevistas com especialistas a técnica utilizada em ambos, e fez considerações acerca da validação e da publicação no portal e na base SEI. Sr.a Vlândia considerou a validação uma etapa muito importante do mapeamento de processos e ressaltou a necessidade de a área responsável pelo mapeamento atestar que o trabalho foi feito conforme a metodologia estabelecida pela instituição, a fim de evitar refeitura de trabalho no momento de gerenciar os riscos. Prof. Robson Siqueira pontuou que é necessário constatar quão informatizados estão os *campi* para esse trabalho. Sr.a Érica Gallindo concordou com prof. Robson Siqueira e complementou dizendo que é necessário um líder. Sr. Cláudio sugeriu a unificação do Comitê de Governança, Riscos e Controle com o Comitê de Governança Digital. Sr.a Vlândia disse que outras instituições já fizeram a unificação de comitês e mostrou-se favorável à ideia. O presidente substituto entendeu que se pode verificar a possibilidade de unificação dos comitês. **Encaminhamento:** Encaminhar ofício à Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI a fim de constatar a viabilidade de unificação dos comitês.

Pauta 4: Boas práticas do *campus* Maracanaú. Relatora: Rossana Barros. A relatora falou sobre o Projeto Gestão da Qualidade, em desenvolvimento no *campus* Maracanaú, explicando que ele é originado de necessidade própria para a condução dos trabalhos como diretora-geral daquela unidade a fim de se alcançarem os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, sendo a padronização dos processos uma das vias para tal. Em seguida, falou sobre o logotipo, criado com o intuito de dar identidade à iniciativa e cooptar mais pessoas, apresentou a equipe, esclareceu que o objetivo é a elaboração de procedimentos para mapeamento e padronização de processos com otimização de recursos e eficiência, apresentou a metodologia, que compreende transmissões ao vivo, eventos, reuniões, lista de atividades, padronização dos procedimentos e construção procedimental dialogada, informando que ocorrem, sistematicamente, discussões sobre o assunto nas manhãs de quarta-feira, apresentou o estágio atual do projeto e explanou as dificuldades (resistência dos servidores a mudanças, tempo e pessoal). Prof. Wally, que chegara durante a explanação inicial da relatora, comentou trabalho similar desenvolvido no *campus* Sobral e avaliou ser proveitosa a troca de experiências embora, às vezes, procedimentos de um *campus* não sejam viáveis em outros. Prof. Rossana disse que também considera importante a incorporação de ideias exitosas executadas em outros *campi*, como já se faz, e falou que o objetivo, na verdade, é solucionar problemas em vez de inventar algo. Prof. Robson Siqueira considerou essencial a definição e distribuição de papéis entre os servidores disponíveis em uma unidade para a execução plena de atividades, avaliando ser insuficiente a justificativa de realidades diferentes entre os *campi* para não realizá-las. Prof. Wally reiterou a importância da sistematização e da integração ativa, devendo ser buscado o trabalho em rede. Sr.a Érica disse entender que, na verdade, se deve pensar o IFCE

como instituição única em vez de uma rede. Prof. Robson Siqueira falou sobre a falta de farda estudantil caracterizadora da instituição para exemplificar a inexistência de integração e expressou seu descontentamento quanto a isso. O presidente substituto disse que a determinação de farda já foi tentada antes, mas muitas questões dificultam a concretização. Prof. Wally disse que são necessárias ações enquanto políticas, alcançando a instituição como um todo. Prof.a Rossana prosseguiu abordando planejamento, programa 5S, centro de custo, conscientização terminológica, comunicação, treinamento de novos servidores e responsabilidades definidas. Prof. Wally refletiu sobre o funcionamento de central de compras no IFCE, considerando-a proveitosa. Prof.a Rossana apresentou projeções referentes à padronização, implementação e treinamento, objetivos, metas e auditorias. Prof. Wally ponderou que um mapeamento de auditorias é fundamental para toda a instituição, assim como o atendimento a recomendações da Audin e de órgãos de controle. Prof. Rossana comentou que apenas a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – Proap tem mais recomendações atendidas que o *campus* Maracanaú. Prof. Wally disse que isso é tema capital para a instituição, pois eventuais procedimentos correccionais travam ensino, pesquisa e extensão. Prof. Rossana, em seguida, continuou a apresentação falando sobre definição de competências, treinamentos e política de reconhecimento de servidores e, por fim, passou a palavra à sr.a Heloísa Beatriz Cordeiro, que também comentou o projeto, em cujo desenvolvimento contribuiu. Prof. Wally falou que os trabalhos de prof. Rossana e sr. Glauter são exemplos de que a instituição quer mapear processos e padronizar procedimentos. **Encaminhamento:** Apresentar os trabalhos de prof.a Rossana e sr. Glauter em reunião do Colégio de Dirigentes – Coldir. **Informes:** O presidente substituto chamou sr.a Milena Mendes para falar sobre o acompanhamento de recomendações da CGU. Sr.a Milena Mendes mostrou o quantitativo atual de recomendações para atender. Prof. Wally falou que a forma de apresentar os números dá a impressão de que os trabalhos estão parados. Prof. Marcel falou que muitas respostas às recomendações do âmbito da Progep serão encaminhadas até agosto. Prof. Wally comentou casos de acumulação, concluindo que, quando ocorre, o servidor está ciente da violação à dedicação exclusiva, lembrou vídeos curtos feitos como forma de desmistificar alguns temas e considerou-os alternativa de conscientização enviável por e-mail a todos os servidores. Sr.a Milena disse que a meta é não deixar os números subirem e atender na medida do possível. Prof. Marcel assinalou que há casos de acumulação justificáveis, acreditando que respostas a algumas das recomendações mais recentes já estão prontas. Sr.a Milena mostrou a evolução do atendimento às recomendações, apresentou as recomendações por unidade, falou sobre responsabilidade compartilhada e abordou a transparência ativa, expressando que a ideia é colocar mapa no *site* institucional para o cidadão acompanhar a atuação do gestor. Prof. Wally perguntou se os dados podem ser extraídos do e-Aud. Sr.a Milena respondeu que não podem. Na sequência, sr.a Milena mostrou mapa de *campi* devedores de atendimento a recomendações da Auditoria Interna – Audin, informou que o prazo estipulado para atendimento a recomendações constante do Relatório de Auditoria N° 01/2022 já expirou e mostrou balanço de recomendações emitidas, implementadas e pendentes. Prof. Wally disse que quer marcar reunião com Milena para tratar as pendências. Sr.a Milena deu exemplos e analisou alguns setores da Reitoria. Sr. Cláudio ponderou questões internas operacionais e as responsabilidades compartilhadas no atendimento às recomendações, constatando deficiência no trabalho integrado. Prof. Wally lembrou demandas de 2015 que foram atendidas rapidamente e reiterou a necessidade de políticas que integrem a instituição. Na sequência, sr. Cláudio informou que o TCU fez convite ao IFCE para participar, como ouvinte, de reuniões e disse que será feito piloto do módulo edu do Suap ainda neste ano, assim como capacitações. Prof. Wally disse que o Suap é estratégico, os meios devem ser pensados e o piloto deve ser seguido. Além disso, sugeriu criação de comitê para implantação do SuapEdu, bem como estabelecimento de agenda. Havendo nada mais a tratar, o presidente substituto deu por encerrada a reunião às 12h16min. Para constar, eu, Ricardo Castelo Branco Andrade e Silva, secretariando os trabalhos, lavrei esta ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente substituto.

IVAM HOLANDA SOUZA

Presidente Substituto

RICARDO CASTELO BRANCO ANDRADE E SILVA

Secretário dos Conselhos Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Castelo Branco Andrade e Silva, Secretário dos Conselhos Superiores Substituto**, em 23/09/2022, às 14:19, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ivam Holanda de Souza, Reitor Substituto**, em



23/09/2022, às 14:25, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3941340** e o código CRC **D417F99A**.